

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 32\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a emissões e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço de anúncio é de 15\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o país	1 600\$00	1 100\$00
Para países do espaço português...	2 200\$00	1 400\$00
Para outros países	2 600\$00	1 800\$00
AVULSO Por cada página	4\$00	

Os períodos de assinaturas costumam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 13/89:

Designa o Camarada João Pereira Silva, Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, para assegurar as funções de Primeiro Ministro, durante a ausência do titular do cargo, Camarada Pedro Verona Rodrigues Pires.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, COMÉRCIO E TURISMO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despacho:

Declarando de utilidade turística o Hotel Nova Sintra e o Clube de Pesca Desportiva de Fajã d'Água, na ilha Brava.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 13/89

de 19 de Agosto

Usando da faculdade conferida pela alínea g) do artigo 68.º da Constituição, o Presidente da República decreta o seguinte:

Artigo 1.º É designado o Camarada João Pereira Silva, Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, para assegurar as funções de Primeiro-Ministro durante a ausência no estrangeiro do titular do cargo, Camarada Pedro Verona Rodrigues Pires.

Art. 2.º O presente Decreto Presidencial entra em vigor no dia 18 de Agosto de 1989.

Publique-se.

Presidência da República, 18 de Agosto de 1989.—
O Presidente da República, interino, ABÍLIO AUGUSTO MONTEIRO DUARTE.

—o—

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, COMÉRCIO E TURISMO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho

Tendo o Sr. Oliveira da Costa, emigrante, requerido que sejam declarados de utilidade turística um hotel de 14 quartos que pretende construir na vila de Nova Sintra e um Clube de Pesca Desportiva, com 11 quartos,, que vai instalar em Fajã d'Água, ambos na ilha Brava;

Considerando que os projectos apresentados apontam para a realização de estruturas de bom nível, as quais representam uma contribuição importante para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde e na ilha Brava, em particular;

Tendo em atenção as dificuldades e os custos adicionais que o promotor terá de enfrentar numa ilha onde escasseiam as infraestruturas de suporte ao desenvolvimento do turismo;

Declaramos de utilidade turística o Hotel Nova Sintra e o Clube de Pesca Desportiva de Fajã d'Água com 14 e 11 quartos, respectivamente.

Ministérios dos Transportes, Comércio e Turismo e das Finanças, 3 de Abril de 1989. — O Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo, *Oswaldo Lopes da Silva*. — O Ministro Adjunto do Ministro das Finanças, *Arnaldo França*.

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos, em acumulação como Ministro da Justiça:

De 9 de Junho de 1989:

Antónia Spencer Andrade dos Santos, escriturária-dactilógrafa, de 2.ª classe, provisória, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo. Fica colocada no Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 17 de Julho de 1989).

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 22 de Junho de 1989:

José Maria Semedo Delgado Freire, oficial de diligências de 3.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ora prestando serviço no Tribunal Regional de Santa Catarina — concedidos 30 dias de licença registada, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 5 de Junho de 1989.

Silvino Varela Moreira, oficial de diligências de 3.ª classe, do quadro das Secretarias e do Ministério Público, colocado no 1.º Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 24 de Junho de 1989).

De 4 de Julho:

Arlindo Andrade de Pina, carcereiro de 1.ª classe de nomeação definitiva, com colocação na Cadeia Regional do Fogo, na situação de licença registada — concedida, nos

termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, licença ilimitada, com efeitos a partir de 10 de Junho de 1989.

Euníce Rufina Lima, ajudante de escrivão de Direito de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, desempenhando em comissão as funções de Secretário do Tribunal Sub-Regional do Porto Novo — transferido, a seu pedido, na mesma situação para o Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau, com efeitos a partir da data da sua substituição.

José António Varela Tavares, ajudante de escrivão de Direito de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, desempenhando em comissão de serviço, as funções de secretário do Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau — dada por finda a referida comissão, a seu pedido, ficando transferido para o 1.º Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia, com efeitos a partir da data em que for substituído.

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 31 de Julho de 1989:

Maria do Carmo de Lourdes Afonso Cabral, escriturária-dactilógrafa, principal, da Direcção-Geral dos Serviços Administrativos Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros — concedida licença ilimitada, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1989.

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo:

De 19 de Julho de 1989:

Iolanda Isabel Santiago Fortes Pinheiro, 2.º oficial da Direcção-Geral do Comércio — exonerada, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 28 de Junho de 1989.

De 31:

Joana Tavares Lopes, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral da Administração, do Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, na situação de licença registada — prorrogada a referida licença por mais seis meses, com efeitos a partir de 4 de Agosto de 1989.

Despacho do Camarada Ministro das Forças Armadas e da Segurança:

De 21 de Julho de 1989:

Casimiro Lima da Silva, sargento das Forças de Segurança e Ordem Pública — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 23 de Julho.

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 25 de Maio de 1989:

Vlademiro Centeio Barbosa, professor de posto escolar — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 9 de Agosto de 1989).

Despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos:

De 25 de Julho de 1989:

Gualdina Pina Sousa, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro do pessoal do Gabinete do Ministro da Informação, Cultura e Desportos — concedida licença ilimitada, com efeitos a partir de 18 de Maio de 1988:

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 10 de Agosto de 1989. — O Director dos Serviços, José Jorge Lisboa da Costa Santos, director de 1.ª classe.

CONTAS E BALANÇETES DIVERSOS

o

CABNAVE — Estaleiros Navais de Cabo Verde S.A.R.L.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias temos a honra de submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas referentes à actividade da CABNAVE durante o exercício de 1988.

1. Considerações gerais

Mais de cinco anos já se passaram desde que a CABNAVE em Agosto de 1983, embora com as instalações por concluir e portanto em condições extremamente precárias, deu início à sua actividade nos Estaleiros de Reparação Naval da Matiota.

Durante esse período relativamente curto tiveram lugar muitos acontecimentos que marcaram profundamente a vida da Empresa e caracterizaram a trajectória seguida até ao estado actual, se considerarmos o que nessa altura era a Empresa e a situação de crise que então se vivia e que veio a atingir a sua fase mais aguda em 1984.

Fazendo relembrar um pouco a fase inicial da Empresa, habitualmente designada por fase pré-operacional e que durou todo o período de construção e equipamento dos Estaleiros da Matiota, período esse que foi utilizado por CABNAVE para proceder à organização e estruturação dos seus serviços, à formação de base do pessoal local com que se teria de contar para o início da actividade operacional e dar os primeiros passos para se fazer conhecer no mercado internacional de reparação naval e obter a sua primeira carteira de encomendas, a política na Empresa foi inicialmente marcada por expectativas e aspirações pouco realistas, com recurso a pessoal predominantemente estrangeiro impondo à Empresa custos elevados, incompatíveis para um capital social relativamente diminuto. As consequências para a Tesouraria não fizeram demorar e quando se deu início à actividade operacional na Matiota, esse mesmo capital tinha sido integralmente consumido, tendo sido necessário fazer recurso ao crédito para a realização do capital circulante. Completamente descapitalizada com custos fixos extremamente elevados eis o panorama geral em que a Empresa deu início à exploração do Estaleiro de Reparação Naval da Matiota,

Esforços não têm sido poupados para fazer inverter a situação tendo sido feito o que se achava ao alcance da Empresa, escapando todavia determinados factores ao nosso controle, sejam provenientes da conjuntura económica internacional sejam resultantes das condições do ambiente em que os Estaleiros Navais estão inseridos.

Atravessados os períodos mais difíceis a Empresa foi-se implantando progressivamente no mercado, não tendo

deixado de melhorar anualmente o seu volume de vendas o qual nos dois últimos exercícios cresceu da ordem de 27% anual.

O volume de vendas de 360 mil contos alcançado em 1988 não representa ainda uma situação boa, mas consideramo-la encorajadora se o compararmos com o volume de vendas de apenas 98 mil contos realizados em 1984.

Os problemas com que a Empresa se debateu nos anos precedentes persistiram ao longo do exercício embora se tenha registado, com satisfação, uma melhoria da carteira de encomendas com o aparecimento de novos clientes.

O mercado servido por CABNAVE, excepção feita a um número pequeno de clientes, caracterizou-se por armadores detentores de um número bastante reduzido de unidades e com fraco poder económico e financeiro.

A frota nacional que no ano teve um peso bastante importante, com uma grande subida comparativamente com o ano anterior, é basicamente formada por navios já bastante envelhecidos trazendo normalmente muito trabalho quando se deslocam aos estaleiros navais.

A frota de pesca teve maior expressão durante o ano e se as perspectivas se confirmarem em termos de abertura a novos mercados, é de se esperar que os navios de pesca passem a afluir aos n/Estaleiros da Matiota em maior número.

Esta parte do mercado tem sido essencialmente formada por navios estrangeiros uma vez que a frota de pesca nacional para além de ter fraca expressão encontra-se praticamente paralizada.

Se do ponto de vista de mercado e de capacidade tecnológica a Empresa conseguiu consolidar a sua posição, problemas surgem e que poderão fazer recrudescer certas dificuldades já experimentadas.

O problema de gases industriais continuou por resolver, limitando a quantidade de aço trabalhado. A empresa nacional de gases não tem sido bem sucedida nas suas diligências para comercialização de produto importado. O nosso fornecedor habitual de gases não garante o aumento da quantidade de produto que nos vem sendo fornecido.

No meio das dificuldades que afectaram a nossa actividade durante este último triénio foi possível quase que duplicar o nosso volume de vendas e inverter de certo modo a situação económica e financeira da Empresa, tendo o exercício findo saldado com um resultado líquido de exploração de 47 157 422\$50. Embora modesto este resultado é encorajador se tivermos em conta o valor negativo dos resultados acumulados de anos anteriores.

Propomos que este resultado líquido de 47 157 422\$50 que, acrescido dos resultados transitados de exercícios anteriores perfaz um total de 135 149 026\$10 negativos, transite em conta para o ano seguinte.

O apoio da Banca ao longo do exercício melhorou consideravelmente passando a haver um melhor entendimento com reflexo na rapidez da resposta às solicitações próprias da actividade de reparação naval.

A Banca, aos Serviços Aduaneiros, às Entidades Seguradoras e de Licenciamento das Importações, queremos fazer particular referência pela receptividade que neles encontramos e aos nossos clientes o nosso agradecimento pela confiança que em nós depositaram.

Ao Conselho Fiscal o nosso agradecimento pela colaboração prestada.

2. Recursos humanos:

O efectivo da Empresa quantitativamente manteve-se estável não obstante o esforço de formação de base desenvolvido ao longo do ano. Foi dado também particular importância à formação a outros níveis quer na própria Empresa, quer através de estágios no estrangeiro, tendo os custos de formação subido de cerca de 60% em relação ao ano anterior.

Todo o esforço desenvolvido teve como objectivo principal, colocar à disposição da Empresa, pessoal de qualidade e em quantidade suficiente para as suas necessidades de exploração. Infelizmente tal esforço foi neutralizado devido à concorrência da emigração que na última metade do ano atingiu proporções preocupantes com a saída de pessoas qualificadas para os Estados Unidos da América.

Se persistir essa tendência, a Empresa ver-se-á forçada a recorrer ao exterior para o recrutamento de pessoal especializado destinado a compensar o fluxo da emigração.

Os encargos com o pessoal não sofreram grandes alterações tendo-se situado ao nível do ano anterior, tendo-se distribuído do seguinte modo:

Ordenados e salários	69 918 251,50
Outros encargos	28 078 105,00

Na impossibilidade de aumentar o efectivo pelas razões referidas, a Empresa teve de fazer recurso a pessoal sazonal e a horas extraordinárias para responder de forma satisfatória, ao aumento do volume de trabalho.

O balanço social na Empresa foi de modo geral positivo com tendência para redução do absentismo.

Com vista a garantir uma maior cobertura, às encomendas foram elaborados novos horários de funcionamento, estabelecendo a laboração da Empresa, das 7 horas, às 24 horas, com dois intervalos apenas para descanso e refeição ligeira nas próprias instalações da Empresa. O serviço de refeições implementado, impõe à Empresa alguns custos adicionais sob a forma de subsídio às refeições, esperando-se obter a contrapartida na melhoria da produtividade e eliminação de tempos mortos.

Em termos de segurança no trabalho a situação manteve-se praticamente sem evolução não se considerando que seja má. Registaram um total de 88 acidentes, maior parte sem gravidade, com perda de 3 796 horas úteis.

3. Actividades e perspectivas:

Durante o exercício a Empresa desenvolveu a sua actividade quase que exclusivamente no domínio da reparação naval para a qual se acha vocacionada e aonde a procura tem significado.

Uma intensa acção de prospecção de novos mercados foi levada a cabo, tendo começado a sentir os efeitos dessa acção no último trimestre do ano.

Os clientes mais regulares continuaram a frequentar as nossas instalações tendo-se verificado entretanto um certo decréscimo em particular na frota de pesca búlgara devido à redução do número de unidades a operar na região.

O aumento do nível do stock de materiais e uma melhor atenção ao aprovisionamento de certos produtos estratégicos como gases industriais permitiu trabalhar sem grandes sobressaltos. Continuou todavia a ser muito lento, com tendência para agravamento, as compras com destino directo às encomendas.

Espera-se, com a implementação dos novos horários de trabalho, com o aumento do efectivo e com o recurso cada vez maior a pessoal sazonal, melhorar a competitividade do Estaleiro em termos de prazos.

Foi na área de Caldeiraria que se registou o maior acréscimo de trabalho com um aumento de cerca de 20% no aço trabalhado em relação ao ano anterior, para um total de 97 navios reparados. O número de horas vendidas sofreu um acréscimo de cerca de 13%, não tendo o índice de desemprego sofrido melhorias significativas devido ao vazio verificado no 3.º trimestre do ano.

É importante notar que o aumento de cerca de 27% registado no volume de vendas foi alcançado à custa da frota nacional. A essa frota também se deve o aumento do volume de aço trabalhado pois tratando-se de uma frota já bastante envelhecida é natural que cada vez necessite de maiores intervenções no domínio do aço.

O aumento de cerca de 23% do número de navios reparados deve-se grandemente a navios de pesca estrangeiros que afluíram em maior número às nossas instalações. Todavia ainda não se atingiu os valores nem a proporção desejada pois 39 navios de pesca assistidos representam apenas 40% do total.

Admite-se que venha a haver um decréscimo no volume de trabalho em navios da frota nacional primeiro porque a maior parte dos navios sofreram grandes reparações ao longo do ano mas em particular porque é intenção substituir algumas unidades por navios novos. Em contrapartida espera-se um aumento de encomendas para navios de pesca quer devido ao aumento dos navios pertencentes a clientes habituais quer devido ao aparecimento de novos clientes, como resultado de alterações positivas na conjuntura do mercado.

4. Situação económico-financeira:

O aumento do volume de negócios não se traduziu imediatamente em melhorias financeiras para a Empresa, cuja Tesouraria foi colocada sob grandes pressões originadas pelo pagamento dos bens e serviços que são necessários adquirir, quer no mercado local quer no estrangeiro, para satisfazer as solicitações das encomendas.

Partindo de sua situação caracterizada pela inexistência de fundo de maneio e um stock que se mantivera quase que estacionário, era de esperar que as pressões a que a Tesouraria ficou sujeita fossem grandes. Como agravante surgiu o facto de a maior parte dos clientes terem solicitado facilidades de pagamento.

Tal facto, que caracterizou o mercado em que a Empresa tem ido buscar as encomendas, provocou atrasos nos recebimentos, obrigando a Empresa a fazer recurso à Banca através de operações de desconto para dotar a Tesouraria de meios de que necessitava.

Essas operações conjuntamente com o aumento do nível de imobilizado em stock de materiais permitiram garantir a eficiência da Empresa, com reflexos é certo no aumento de custos.

Assim de um total de recebimentos de 348 000 contos, 83 000 contos provieram do recurso à Banca.

Dos recebimentos de exploração no montante de 265 000 contos, 171 000 contos foram provenientes do mercado estrangeiro, constatando-se uma quebra de 46 500 contos relativamente ao ano anterior.

Os pagamentos globais foram da ordem de 346 000 contos, dos quais 74 750 ao Banco para amortização de empréstimos de curto prazo.

Dos pagamentos, o equivalente a 101 000 contos, foi feito sobre o estrangeiro dos quais cerca de 10 000 contos a título de vencimentos ao pessoal estrangeiro ao serviço da Empresa e os restantes para bens e serviços.

De uma facturação anual de 360 mil contos 195 mil contos foram processados sobre o mercado estrangeiro e os restantes sobre o mercado interno. O peso do mercado interno no volume global de facturação, foi de 46% contra 20,2% registado em igual período anterior.

É satisfatório constatar que se conseguiu uma melhoria significativa no volume de vendas com um pequeno aumento de custos, saldando-se o exercício com um resultado de exploração positivo de 47 157 422\$50.

Importante também assinalar que, pela primeira vez e por conta do exercício, a Empresa fez uma entrega à CABMAR, no âmbito das obrigações do Contrato de Leasing, no valor de 19 000 contos, o que dá maior expressão ao resultado alcançado durante o exercício.

Pensamos que a leitura do balanço e contas faz realçar de forma clara a situação económico-financeira da Empresa dispensando mais análises de pormenor.

Mindaço, 22 de Fevereiro de 1989. — O Conselho de Administração.

Balço analítico

1983

	Activo bruto	Amort. + reint. + provisões	Activo líquido		Passivo + situação líquida	
Disponibilidades:				Débitos a curto prazo:		
Caixa...	1 123 426\$40			Clientes c/correntes ...	750 000\$00	
Depósitos à ordem ...	2 278 105\$90		3 401 532\$30	Fornecedores c/correntes ...	108 885 676\$30	
Créditos a curto prazo:				Fornecedores c/fact. em recp. e c:	13 890 209\$80	
Clientes c/corrente...	176 112 359\$20	2 568\$00	176 109 791\$20	Empréstimos bancários ...	44 500 000\$00	
Clientes cobrança duvidosa ...	10 706 533\$20	10 706 533\$20	—\$—	Empréstimos de accionistas ...	610 273\$80	
Fornecedores c/corrente ...	1 136 225\$30		1 136 225\$30	Sector público estatal ...	2 853 737\$60	
Outros empréstimos concedidos ...	1 005 000\$00		1 005 000\$00	Credores p/pagamentos diferidos ...	24 554 000\$00	
Outros devedores ...	8 350 989\$30		8 330 989\$30	Outros credores ...	25 848 627\$60	221 892 525\$10
	197 291 107\$50	10 709 101\$20	186 582 006\$30	Débitos a médio e longo prazo:		
Existências:				Empréstimos bancários—L. crédito...	499 766 250\$00	
Materiais em armazém ...	64 293 016\$60			Juros L. C.	182 677 168\$20	682 443 419\$10
Materiais em trânsito ...	15 255 697\$00		100 816 594\$00	Total do passivo ...		904 335 944\$20
Trabalhos em curso ...	21 267 880\$40			Capital e prestações suplementares		
Imobilizações corpóreas:				Capital social ...	220 000 000\$00	
Edifícios e outras construções ...	237 301\$50	47 560\$00	190 241\$50	Reservas legais e estatutárias...		
Equipamentos básicos ...	3 125 709\$50	924 508\$00	2 201 201\$50	Reserva legal ...	192 000\$00	220 192 000\$00
Ferramentas e utensílios ...	1 818 272\$90	1 353 237\$70	465 035\$20	Resultados transitados:		
Material de carga e transporte ...	4 960 163\$10	3 810 369\$30	1 149 793\$30	Exercícios anteriores ...		182 338 448\$60
Equipamento administrativo ...	8 477 129\$10	5 758 737\$90	3 318 991\$20	Resultados líquidos:		
Equipamento socsal...	6 540 252\$20	4 727 417\$40	1 812 834\$90	Resultados correntes exercício...	38 356 881\$20	
Outras imobilizações corpóreas ...	4 543 284\$00	1 354 817\$40	3 288 466\$60	Resultados extraord. exercício ...	13 351 539\$60	51 708 420\$80
	29 802 612\$40	17 376 048\$20	12 426 564\$20	Resultados exercícios anteriores ...		4 550 998\$30
Imobilizações incorpóreas:				Total da situação líquida...		37 853 551\$40
Gastos de instalação ...	32 647 386\$70	82 647 386\$70		Resultados líquidos:		
Imobilizações em curso:				Resultados correntes exercício...	38 356 881\$20	
Edifícios e outras construções ...	538 215\$50		538 215\$50	Resultados extraord. exercício ...	13 351 539\$60	51 708 420\$80
Custos antecipados ...	3 138 586\$70		3 138 586\$70	Resultados exercícios anteriores ...		4 550 998\$30
Custos pluriennais:				Total do passivo+ sit. líquida...		85 010 973\$90
Linha de crédito renda fixa ...	682 443 419\$10		682 443 419\$10			
Total provisões ...		10 709 101\$20				
Total das amort. e reint. ...		100 023 434\$90				
Total do activo ...	1 110 079 454\$20		989 346 918\$10			989 346 918\$10

Balço sintético

Activo		Passivo + situação líquida	
Disponibilidades:		Débitos a curto prazo:	
Caixa	1 123 426\$40	Cientes	150 000\$00
Depósitos à ordem... ..	2 278 105\$90	Fornecedores	122 775 886\$10
		Empréstimos obtidos	45 110 273\$80
		Sector público estatal	2 853 737\$60
		Outros credores... ..	50 402 627\$60
			221 892 525\$10
Créditos a curto prazo:		Depósitos a médio e longo prazos:	
Cientes	186 818 892\$40	Empréstimos bancários... ..	682 443 419\$10
Fornecedores	1 136 225\$80		
Empréstimos concedidos... ..	1 005 000\$00		
Outros devedores	8 330 939\$30		
	197 291 107\$50		
		Total do passivo	904 335 944\$20
Provisões p/cob. duvid. e o.r. e encargos	(10 709 101\$20)	Capital reservas e res. transita- dos:	
	186 582 006\$30	Capital social	220 000 000\$00
Existências:		Reserva legal	192 000\$00
Materiais	79 548 713\$60	Resultados transitados... ..	182 338 448\$60)
Trabalhos em curso	21 267 880\$40		37 853 551\$40
	100 876 594\$00	Resultados apurados no exercí- cio:	
Imobilizações:		Resultados líquidos... ..	47 157 422\$50
Corpóreas	29 802 612\$40		
Incorpóreas... ..	82 647 386\$70		
Em curso	538 215\$50		
	112 988 214\$60	Total da situação líquida...	85 010 973\$90
Amortização e reint. acumu- ladas	(100 023 434\$90)		
	12 964 779\$70		
Custos antecipados:			
Despesas antecipadas	3 138 586\$70		
Custos pluriennais	682 443 419\$10		
	685 582 005\$80		
		Total do passivo e da situação líquida	989 346 918\$10
Total do activo	989 346 918\$10		

Demonstração dos resultados líquidos

1985

Existências fiscais de materiais	37 466 920\$60	Venda de materiais	29 465 881\$70
Compras	130 143 308\$40	Prestação de serviço:	
Existências finais de materiais:	64 293 016\$60	Reparações navais... ..	310 262 992\$00
	103 317 212\$40	Deduções em vendas	2 930 436\$00
Subcontratos	2 159 016\$30	Outras actividades... ..	1 504 400\$00
Fornecimentos e serviços tercei- ros	74 821 030\$30	Serviços diversos	3 143 152\$00
Imposto	1 224 875\$30		311 980 108\$00
Despesas com pessoal:		Receitas suplementares:	
Ordenados e salários	69 918 251\$50	Aluguer equipamentos	536 000\$00
Outras despesas	28 078 105\$00	Comis. em consignação	6 038 424\$00
	97 996 356\$60		6 574 424\$00
Despesas financeiras	6 846 824\$10	Tras. p/própria Empresa:	
Outras despesas e encargos:		P/im. corpóreo... ..	160 698\$20
Liv. e doc. técnicos	65 477\$80	Trabalhos em curso:	
Assistência clientes	696 856\$00	Exist. final... ..	21 267 880\$40
Curso nível «C»	2 441 008\$50		
Desp. p/c clientes	2 712 987\$70		
Outras	2 134 074\$60		
	8 050 404\$60		
	112 893 585\$20		

Demonstração de resultados líquidos (cont.)

1988

Amortizações e reintegrações do exercício:				
Imob. corpóreo	2 551 097\$70			
Imob. incorpóreo	27 554 638\$70	30 105 736\$40		
Previsões do exercício		6 570 655\$20		
		36 676 391\$60		
Total (A)		331 092 111\$10		
Perdas extraordinárias do exercício		3 930 563\$20	Ganhos extraordinários do exercício	17 282 102\$80
Perdas exercícios anteriores		13 157 283\$10	Ganhos exercícios anteriores	8 606 284\$80
		17 087 846\$30		
Resultados líquidos do exercício:		47 157 422\$50	Total (B1)	25 888 387\$60
Total geral		395 337 379\$90	Total geral	395 337 379\$90
Resultados correntes/88: (Total B-A) = 38 356 881\$20				

Mapa de origem e aplicação de fundos

1988

Origem dos fundos			Aplicação dos fundos		
Internas:			Investimentos:		
Resultados líquidos do exercício	47.157		Aquisição imobilizado... ..	4.029	
Amorti. e reinteg. do exercício	29.805		Trabalho p/próp. Empresa... ..	161	
Variações das provisões	5.447	82.409	Imobilizado em curso	538	4.728
Externas:			Custos:		
Aumentos déb. m/ e l/prazo		50.362	Antecipados	243	
Desinvestimentos:			Pluriennais... ..	50.362	50.605
Alienação equipamento casas		380	Aumento dos fundos circulantes		77.802
Receitas antecipadas		(16)			
		133.135			133.135

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Examinámos as Contas da Empresa CABNAVE que compreendem o Balanço Analítico 31.12.88, a Demonstração de Resultados Líquidos do exercício de 1988 e o respectivo anexo, documentos esses que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, mantidos em conformidade com os preceitos legais. O nosso exame foi efectuado de acordo com normas técnicas e com a profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias.

É nossa convicção que os citados documentos de prestação de contas apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Empresa em 31.12.88, bem como os resultados das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de uma forma consistente em relação ao exercício anterior.

Mindelo 22 de Fevereiro de 1989.— O Conselho Fiscal.

BANCO DE CABO VERDE

**Direcção das Relações com o Estrangeiro
e do Controlo de Câmbios**

Praia (Santiago)

Cotações de câmbios

Em 18/08/89

N.º 133

Praças	Dívidas	Compras	Vendas
Londres	1 Libra	126\$11	127\$52
Lisboa	100 Escudos	49\$19	49\$77
Nova Iorque	1 Dólar	80\$31	80\$92
Amsterdão	100 Florim	3645\$94	3487\$22
Bruxelas	100 Fr. Comel	196\$52	198\$72
Bruxelas	100 Fr. Finan	183\$93	187\$47
Copenhague	100 Coroa	1058\$05	1069\$99
Estocolmo	100 Coroa	1214\$93	1228\$48
Frankfort (R.F.A.)	100 Deut Mar	4110\$68	4157\$32
Helsínquia	100 Markka	1827\$54	1847\$97
Oslo	100 Coroa	1126\$84	1139\$43
Otava	1 Dólar	68\$16	68\$71
Paris	100 Franco	1217\$55	1229\$03
Petrória	1 Rand	29\$178	29\$492
Roma	100 Lira	5\$721	5\$785
Tóquio	100 Iene	56\$27	56\$89
Viena	100 Xelim	583\$94	590\$43
Zurique	100 Franco	4769\$38	4823\$70
Madrid	100 Peseta	65\$75	66\$48
Dakar	100 CFA	23\$742	24\$581
Un/conta CEE	1 ECU	84\$82	85\$87
«Clearings»:		—	
Bissau	100 Peso		

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 18 de Agosto de 1989. — Pela Direcção, *António Lopes da Luz*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS**CHEFIA DO GOVERNO****Secretaria de Estado da Administração Pública****Direcção-Geral da Administração Pública****ANÚNCIO DE CONCURSO**

Nos termos do artigo 24.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, conjugado com o artigo 7.º da Portaria n.º 9/89, de 4 de Março, se faz público que de harmonia com o despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, de 21 de Junho de 1989, está aberto concurso de promoção para preenchimento de um lugar de 1.º oficial, no quadro do Instituto Nacional de Investigação Agrária.

Das provas de conhecimento

As provas de conhecimento versarão os seguintes temas:

Lei Orgânica do I.N.I.A.;

Noções Gerais sobre a Constituição Política do Estado;

Noções Gerais sobre o Estatuto e o Programa do PAICV;

Estatuto do Funcionalismo; condições e formas de provimento;

Concursos; direitos e deveres; infracções e penas disciplinares; licença; informações; notas e ofícios, arquivo;

Noções de contabilidade pública; orçamento, receitas e despesas, folhas de vencimento, ajudas de custo, horas extras, abono de família;

Orçamento geral do Estado;

Conceitos de Administração Pública e direitos Administrativos;

Fontes principais de direito Administrativo;

Hierarquia das leis;

Do termo do exercício na Função Pública;

Aposentação e reforma.

É candidato obrigatório o segundo oficial da INIA, camarada João Simão Almeida Lopes, com mais de 3 anos de serviço e boas informações anuais na categoria imediatamente inferior.

Validade de concursos

O prazo de validade dos concursos é de dois anos.

Composição dos júris de concurso

Presidente:

Eng.ª Maria Luísa Lobo Lima — Presidente do INIA.

Vogais:

Severiano Freire Moreira, director de 3.ª classe, do MDRP, Lourenço de Carvalho, primeiro oficial do MDRP.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 18 de Julho de 1989. — O Director de Serviços, *José Jorge Lisboa da Costa Santos*, director de 1.ª classe.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Subdelegação no concelho do Tarrafal****AVISO**

Nos termos do artigo 63.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, é citado o senhor Octávio Cardoso Lopes, professor do quadro do Ensino Básico Elementar, ausente em parte incerta dos Estados Unidos da América a apresentar, no prazo de trinta (30) dias, a contar do oitavo dia posterior a data da publicação deste aviso no Jornal «VOZ DI POVO» e *Boletim Oficial*, a sua defesa escrita sobre o processo disciplinar do abandono de lugar, que corre seus trâmites nesta Subdelegação do Ministério da Educação.

Subdelegação do Ministério da Educação do Concelho do Tarrafal, 10 de Julho de 1989. — O Instrutor, *Jorge Pedro de Sousa Levy*.

AVISO

Nos termos do artigo 63.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, é citada a senhora Eugénia Inês Lopes, professor do quadro do Ensino Básico Elementar, ausente em parte incerta dos Estados Unidos da América a apresentar, no prazo de trinta (30) dias, a contar do oitavo dia posterior a data da publicação deste aviso no Jornal «VOZ DI POVO» e *Boletim Oficial*, a sua defesa escrita sobre o processo disciplinar do abandono de lugar, que corre seus trâmites nesta Subdelegação do Ministério da Educação.

Subdelegação do Ministério da Educação do Concelho do Tarrafal, 10 de Julho de 1989. — O Instrutor, *Jorge Pedro de Sousa Levy*.